

ESPAÇO ABERTO**Opção para a crise**

CARLOS ZVEIBIL

A década dos 80 assistiu a um fato inédito na história republicana: a falência total do Estado brasileiro. Uma bancarrota que se agrava ainda mais neste final de década, quando, além de não conseguir investir ou financiar investimentos em projetos sociais, o Estado está imobilizado na questão fiscal, pela não solução da questão externa e pela total incapacidade política de liderar um processo de recuperação econômica.

A inépcia governamental vem provocando a queda da atividade industrial e a interrupção do fluxo de capital externo para o País. Dificulta, ainda, uma política de maior abertura do Brasil, exigência da economia moderna, para o mercado internacional.

A saída dessa complexa situação dar-se-á somente com uma transformação global no modelo econômico. É essencial que o papel ultra centralizador exercido atualmente pelo Estado seja substituído por uma nova formulação econômica, com maior participação da iniciativa privada, inclusive do capital externo, visando fundamentalmente promover o desenvolvimento econômico e resgatar a grave divida social do Brasil.

O modelo que substituiria o atual seria basicamente uma nova parceria. Conceito novo, que exige da iniciativa privada uma maior tendência aos investimentos em atividades produtivas e uma prática política de atuação, com uma visão de Nação, de futuro e não a defesa deste ou daquele segmento da economia, através do subterfúgio dos subsídios e incentivos.

O Estado também terá de mudar seu comportamento. Em primeiro lugar, deixar de lado a atitude centralizadora, e reconhecer sua incapacidade financeira, parando de rolar loucamente, como vem fazendo, a dívida interna. Em seguida, buscar uma forte solução política, que restabeleça a credibilidade internacional no Brasil e, ao mesmo tempo, incentive o empresariado a investimentos. Investimentos que atendam à forte demanda social existente, ao contrário do modelo anterior, quando, no plano federal, as prioridades sociais foram deixadas em segundo plano.

A nova parceria exige, também, um amplo processo de diálogo, no qual se incluem os sindicatos de trabalhadores. É uma definição que poderá colocar em prática, em prazos relativamente curtos, projetos fundamentais ao desenvolvimento nacional. A liquidez e o alto grau de capitalização da iniciativa privada, aliados a recursos (existentes!) em organismos federais de fomento, como o BNDES,

Um modelo alternativo de atuação:

a nova parceria

e através de contatos com o capital externo, em mecanismos de joint-venture, que permitiriam uma retomada de fluxo de capital externo privado, ou por organismos internacionais, como o Bird, o Bid etc.

A construção civil de obras públicas coloca-se à disposição do governo e da sociedade para abrir o debate em torno da nova parceria. Já há uma articulação, no setor de engenharia, para o debate de planos e projetos concretos, que tornariam o novo modelo viável. Pretende-se também, por ser uma visão de Estado e de Nação, avançar o debate com os presidenciáveis e suas assessorias, com a finalidade de ampliar o horizonte, para o aspecto político, da nova parceria.

O sentido social do novo modelo misto de financiamento de obras e projetos terá de ser assegurado por um Estado realmente democrático. O modelo implica uma visão de Nação, em consequência de uma definição de prioridades em termos de programas econômicos e sociais. Deve-se levar em conta, ainda, dentro da nova parceria, o referencial tecnológico e a modernização do nosso parque produtivo. Com seu poderoso cabedal tecnológico, know-how e recursos humanos, a construção civil poderia iniciar a alavancagem do novo processo. Não de forma egoista, para si. Ao contrário, indo de encontro às necessidades de obras de caráter social que, simultaneamente, conduzem a Nação às trilhas da modernização e de uma maior participação no mercado mundial.

Projetos existem, e já vêm sendo debatidos no setor de obras públicas, até em contatos internacionais, com países europeus, onde a nova parceria vem sendo utilizada com sucesso, como Itália, França, Israel etc. A centralização de poderes na mão do Estado distorceu conceitos, neste País. Por que a iniciativa privada não pode financiar obras viárias e depois explorá-las comercialmente? Ou, então, por que uma canalização de um córrego não pode ser feita pela iniciativa de empresas particulares, desde que lhes seja concedida licença para explorar comercialmente terrenos não utilizados das regiões ribeirinhas? Até não muito tempo atrás, lembre-se, o serviço de distribuição de energia elétrica esteve em mãos de uma empresa privada.

Os empresários do setor de obras públicas não propõem a volta ao passado. Ao contrário: pensam no futuro, no moderno e no social. A nova parceria cristaliza a concepção do nosso setor. É o futuro, a saída democrática, com perspectiva social e moderna, do pântano, no qual se remexe há cerca de dez anos a economia brasileira.

□ Carlos Zveibil é presidente da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas - APEOP -, engenheiro e empresário.